

**COMITÉ DE POLÍTICA MONETÁRIA**  
**COMUNICADO N.º 03/2017**  
**Maputo, 19 de Junho de 2017**

**BANCO DE MOÇAMBIQUE MANTÉM A TAXA DE JURO DE POLÍTICA MONETÁRIA (MIMO) E INTRODUZ O RÁCIO MÍNIMO DE LIQUIDEZ PARA O SECTOR BANCÁRIO NACIONAL**

**O Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique, reunido hoje, dia 19 de Junho de 2017, decidiu manter a Taxa MIMO em 21,75% e o Coeficiente de Reservas Obrigatórias (RO) para os passivos em moeda nacional e estrangeira em 15,50%.**

A evolução recente da inflação aponta para uma desaceleração tímida do nível geral de preços, tendência que se espera venha a manter-se nos próximos meses, em resultado das medidas de ajuste macroeconómico já tomadas, que têm estado a contrair a procura interna e a fortalecer o Metical, num contexto de maior oferta de produtos alimentares de origem nacional nos mercados. As perspectivas de maior dinamismo da actividade económica no segundo semestre de 2017, o agravamento do risco fiscal e os futuros ajustamentos dos preços administrados reforçam a necessidade de prudência na condução da política monetária.

Tendo em vista reforçar a solidez e a resiliência das instituições de crédito, em linha com as boas práticas internacionais, o Banco de Moçambique introduziu o rácio mínimo de liquidez, fixando-o em 25%, como percentagem dos compromissos de curto prazo investidos em activos líquidos. Este indicador de alerta vem preencher a lacuna existente no quadro dos actuais indicadores prudenciais para a monitoria e controlo da liquidez do sistema bancário.

**SECTOR MINEIRO ALAVANCA A ACTIVIDADE ECONÓMICA, NUM CONTEXTO EM QUE A PROCURA INTERNA SE MANTÉM BAIXA**

**De acordo com dados preliminares disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), no primeiro trimestre de 2017 o PIB de Moçambique cresceu 2,9% em termos reais, relativamente a igual período de 2016, o que representa uma desaceleração de 290 pontos base face ao do primeiro trimestre de 2016.** O crescimento foi basicamente suportado pelo desempenho dos sectores da indústria extractiva, dos serviços financeiros e do comércio e reparação, que cresceram 41,6%, 21,6% e 8,1%, respectivamente, contribuindo para o crescimento do PIB em 2,1 pontos percentuais, 1,5 pontos percentuais e 1 ponto percentual.

O bom desempenho da produção e exportação do carvão, conjugado com a actividade de comércio e transportes, favorecido pela prevalência da paz, amorteceu o baixo desempenho da indústria transformadora (-4,3%), da electricidade e água (-17,6%), da construção (-25,1%) e da agricultura (-0,8%), sectores mais afectados pelos efeitos da estiagem (agricultura e electricidade e água) e pela limitada capacidade financeira do Estado para realizar novos investimentos em obras públicas, sem descuidar as condições financeiras restritivas impostas ao mercado.

**Os indicadores dianteiros sugerem uma melhoria das perspectivas de crescimento económico para os próximos trimestres.** Informação recentemente publicada pelo INE indica que em Abril de 2017 a confiança dos empresários, avaliada pelo indicador de clima económico, aumentou ligeiramente, interrompendo a tendência decrescente registada no primeiro trimestre do ano, mas ainda assim continuando abaixo dos níveis registados em igual período de 2016. A melhoria recente do indicador foi explicada pela avaliação em alta de todas as suas componentes (perspectivas de emprego e procura), com excepção das expectativas de preços.

**O aumento das exportações, estimulado pelo incremento dos preços das *commodities* no mercado internacional, continua a favorecer a redução do défice da conta corrente.** Informação provisória do primeiro trimestre de 2017 aponta para a redução do défice da conta corrente da balança de pagamentos em USD 263,7 milhões, face ao período homólogo de 2016, para cerca de USD 718 milhões, explicada pelo aumento das exportações do carvão, das areias pesadas, do alumínio e do gás natural, perante o aumento das importações em USD 110 milhões. No entanto, excluindo os grandes projectos, o défice incrementa em USD 60 milhões, contrariando a tendência para melhoria dos trimestres anteriores, traduzindo, provavelmente, a apreciação recente do Metical face às moedas dos principais parceiros comerciais de Moçambique, que está a induzir a maior apetência por importações do sector tradicional da economia, dado que os grandes projectos registam uma redução, em igual período.

Por seu turno, a expectativa de maior apreciação da moeda doméstica está a favorecer a constituição das reservas internacionais brutas, que atingiram, em Maio, um saldo de USD 2.290 milhões, valor suficiente para cobrir 6,1 meses de importação de bens e serviços não factoriais, excluindo as importações dos grandes projectos. Esta constituição é explicada, maioritariamente, pela venda de cerca de USD 600 milhões dos bancos comerciais ao Banco de Moçambique e ainda pela entrada de fundos para projectos do Estado de cerca de USD 117 milhões, nos últimos 5 meses.

## **AJUSTAMENTO EM ALTA DOS PREÇOS DOS PRODUTOS ADMINISTRADOS AMORTECE A TENDÊNCIA PARA O ABRANDAMENTO DOS PREÇOS, NUM CENÁRIO DE CONTRACÇÃO DOS AGREGADOS DE MOEDA E CRÉDITO**

**Com a paz, observa-se uma maior circulação de pessoas e bens, a qual, aliada ao fortalecimento do Metical e à época sazonal fresca, contribui para a desaceleração dos preços, particularmente de produtos alimentares, tendência que foi amortecida pelos ajustamentos dos preços administrados.** Dados do INE indicam que a inflação acumulada de Moçambique até Maio manteve a trajectória de desaceleração situando-se em 5,09%, contra 7,90% em igual período de 2016, resultando numa inflação anual de 20,45%. Os produtos com preços administrados observaram uma aceleração da inflação anual em 629 pontos base, contra a redução de 336 pontos base do índice excluindo os produtos administrados, nos últimos dois meses, contribuindo para refrear a desaceleração da inflação. Ainda assim, os produtos administrados continuam a ter um efeito amortecedor sobre a inflação anual.

**A apreciação nominal do Metical num cenário de inflação doméstica ainda alta, comparativamente à dos principais parceiros comerciais, pode, a prazo, piorar a competitividade externa de Moçambique.** A taxa de câmbio média do MZN/USD no último dia de Maio foi de 60,8 meticais (67,9 meticais em Março), a do MZN/EUR esteve em 66,8 meticais (72,4 meticais em Março), enquanto o Rand foi cotado em 4,6 meticais (5,2 meticais em Março). Estas cifras representam uma contínua apreciação da moeda doméstica, a qual, combinada com a inflação mais elevada que a dos principais parceiros comerciais de Moçambique, está a resultar numa forte desaceleração da depreciação do Índice da Taxa de Câmbio Efectiva Real (ITCER) – indicador usado para avaliar a competitividade externa dos produtos nacionais transaccionáveis –, que em Maio observou uma apreciação efectiva real de 7,4%, após uma depreciação de 19,6% em Dezembro último.

**O risco fiscal mantém-se elevado, num contexto em que os agregados de moeda e de crédito ao sector privado abrandam e a liquidez no Mercado Monetário Interbancário aumenta.** Até Abril, o crédito bancário ao sector privado reduziu em 5,4%, em termos acumulados, resultando numa desaceleração da variação homóloga para 4,8%, contra os 15,8% observados em 2016. Perante este cenário de fraca procura pelo crédito, os bancos têm estado a reforçar as suas aplicações no Mercado Monetário Interbancário, com maior incidência para as aplicações de curtíssimo prazo, contribuindo para o aumento do excesso de liquidez bancária, concentrada nos maiores bancos do sistema.

As expectativas de desaceleração da inflação têm concorrido para a inversão da trajectória das taxas de juro dos bilhetes de tesouro de maturidade de 91, 185 e 365 dias, que reduziram, nos últimos dois meses, em 21, 185 e 164 pontos base, para 25,25%, 26,50% e 27,78%, respectivamente. Por seu turno, a taxa de juro de permutas de liquidez entre as instituições de crédito evoluiu em redor da taxa MIMO (21,75%), tendo atingido a cifra de 21,68% no último dia de Maio, a reflectir a escassez de liquidez de alguns bancos de pequeno porte.

Relativamente às operações a retalho, destaca-se o facto de ter entrado em vigor, a 1 de Junho de 2017, a *prime rate* única de todo o sistema bancário, fixada em 27,75% para os próximos 30 dias. Esta taxa resulta da média das taxas interbancárias *overnight* acrescida do prémio do custo do sistema, que foi fixado pela Associação Moçambicana de Bancos em 600 pontos base, para o mesmo período.

É de salientar que, depois de o Estado ter transitado o ano de 2016 com um saldo de dívida interna total de 70.135 milhões de meticais, dados reportados a 16 de Junho de 2017 indicam que o mesmo incrementou para 97.702 milhões de meticais.

### **BANCO DE MOÇAMBIQUE MANTÉM A TAXA MIMO EM 21,75% E O COEFICIENTE DE RESERVAS OBRIGATÓRIAS PARA OS PASSIVOS EM MOEDA NACIONAL E ESTRANGEIRA EM 15,50%**

**As perspectivas de médio prazo continuam a apontar para a evolução favorável da inflação, não obstante os riscos de ajustamento dos preços administrados.** Os últimos dados sobre a evolução do PIB indiciam um maior dinamismo da actividade económica nos próximos trimestres, num cenário em que a inflação continuará a desacelerar, não obstante as projecções actuais situarem-se ligeiramente acima das apresentadas no CPMO de Abril. Estas projecções continuam sujeitas a riscos e incertezas, em particular os associados aos ajustamentos em curso nos preços administrados, aos efeitos da consolidação fiscal e à volatilidade dos preços médios das *commodities* no mercado internacional, a que acresce a incerteza em torno da retoma da ajuda externa para o apoio directo ao Orçamento do Estado.

Neste âmbito, o CPMO deliberou:

- ✓ Manter a Taxa de Juro de Política Monetária (MIMO) em 21,75%;
- ✓ Manter a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência em 22,75%;
- ✓ Manter a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósitos em 16,25%; e
- ✓ Manter o Coeficiente de Reservas Obrigatórias para os passivos em moeda nacional e estrangeira em 15,50%.

Na eventualidade de ocorrência dos factores de risco apresentados, afectando negativamente os indicadores, o Banco de Moçambique poderá tomar as medidas correctivas necessárias antes da próxima reunião do CPMO, agendada para o dia 10 de Agosto de 2017.

**Rogério Lucas Zandamela**  
**Governador**